

ATA DE INSTALAÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA COMISSÃO PROVISÓRIA DA FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA (FE BRASIL) NO ESTADO DO GOIÁS.

Aos 13 dias do mês de julho de 2022, às 16:00 horas, após a verificação do quórum para deliberação, conforme lista de presença em anexo, a Comissão Provisória da Federação Brasil da Esperança (FE Brasil) no Estado do Goiás, criada por força do art. 18 do Estatuto da referida federação, nos termos da Resolução nº 03/2022, da Comissão Executiva Nacional, declarou instalada a comissão provisória local com a posse dos seguintes filiados para os cargos, abaixo descritos:

Cargo	Nome	Partido	Título de Eleitor
Presidente	KÁTIA MARIA DOS SANTOS	PT	032748841015
1º Vice-Presidente	HONÓRIO ÂNGELO DA ROCHA	PC do B	021761501074
2º Vice-Presidente	CRISTIANO DE MORAES CUNHA	PV	033395371031
Secretário	RAFAEL BARRETO CASTELO BRANCO	PT	062358561015

A Sra. Presidenta esclareceu que os membros desta Comissão Provisória terão mandato até eventual destituição pela Comissão Executiva Nacional, de acordo com as normas aprovadas pela Comissão Executiva Nacional da Federação.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL PROCESSO SEI: 22

Secão de Protocolo e E







Em seguida, os presentes, na forma do art. 4º, §§2º e 3º da Resolução n. 03/2022, indicaram os seguintes nomes para atuarem como delegados da Federação Brasil da Esperança perante o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás:

Cargo	Nome	Partido	Título de Eleitor
1º Delegado	EDILBERTO DE CASTRO DIAS	PT	000153031066
2º Delegado	ALFREDO GONÇALVES DE PÁDUA NETO	PCdoB	254681015
3º Delegado	ARIONE JOSÉ DE PAULA	PV	024488601074
4º Delegado	RAFAEL BARRETO CASTELO BRANCO	PT	062358561015

Aprovados os nomes e designados os delegados, desde já a federação confere aos delegados acima os poderes previstos no art. 4º, §4º, da Resolução n. 03/2022, especialmente aqueles necessários para atendimento dos interesses da federação perante o Tribunal Regional Eleitoral, especialmente no que tange à autorização do responsável para operar as chaves, declarações, formulários e sistemas da justiça eleitoral, tai como o SGIP, o CANDEX e a DRAP.

Doll



Logo após, a Sra. Presidenta franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, após os esclarecimentos necessários, determinou ao Secretário que seja lavrada ata, declarando, nesta data, empossados os membros da comissão Provisória.

Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lida e assinada por mim, secretário Rafael Barreto Castelo Branco e pela Presidenta Kátia Maria dos Santos, com posterior remessa à Justiça Eleitoral, para os registros de praxe.

KÁTIA MARIA DOS SANTOS

Presidente

RAFAEL BARRETO CASTELO BRANCO

Secretário

LISTA DE PRESENÇA

KÁTIA MARIA DOS SANTOS

HONÓRIO ÂNGELO DA ROCHA

CRISTIANO DE MORAES CUNHA

RAFAEL BARRETO CASTELO BRANCO

EDILBERTO DE CASTRO DIAS



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA (FE Brasil) no Estado do Goiás, com sede na Rua 120, Qd. 40, Lote 10, n° 359, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74085-450. Neste ato representado por sua presidenta **KÁTIA MARIA DOS SANTOS**, brasileira, professora, presidente do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores, com endereço profissional Rua 120, Qd. 40, Lote 10, n° 359, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74085-450 CPF 689.947.371-20.

OUTORGADOS: **EDILBERTO DE CASTRO DIAS**, brasileiro, advogado inscrito na OAB/GO sob o nº 13.748. Cel 62 991458383 **RAPHAEL PINHEIRO SALES**, brasileiro, advogado, OAB/GO. Nº 25.390, todos com endereço profissional fixado à Rua 10, nº 109, Ed. Gold Center, sala 502, setor Oeste, Goiânia, Goiás

PODERES: A quem concede poderes para o foro em geral, podendo para tanto, dito procurador e advogado em conjunto ou separadamente, propor e acompanhar ação, variar, contestar, embargar, reconvir, opor, intervir, como assistente ou litisconsorte, usar de execuções e medidas preventivas, alegar e requerer o que for de mister, fazer acordos, desistir, fazer compromisso, transigir livremente, impugnar atos e termos processuais, produzir provas, executar decisão, embargar decisão, dar de suspeito a quem o for, fazer reclamação à Corregedoria Geral da Justiça, impetrar mandado de segurança, pleitear o outorgante perante as repartições públicas municipais, estaduais e federais, fazer sustentações orais ou escrita, interpor recursos, inclusive substabelecer, prestar contas e especialmente para atuar na Justiça Eleitoral, ratificando todos poderes acima mencionados.

Goiânia, 14 de julho de 2022.

KÁTIÁ MÁRIA DOS SANTOS